

POLÍTICAS DE IDENTIDADE, BRANQUITUDE E PERTENCIMENTO ÉTNICO-RACIAL

Simone Gibran Nogueira

Este texto é uma revisão crítica de literatura sobre pertencimento étnico-racial. Relaciona o referido conceito a processos de humanização e desumanização numa perspectiva africana. A partir desta reflexão conceitual, analisa o contexto brasileiro, no qual as relações sociais hegemônicas são baseadas na ideologia da supremacia racial branca, e como estas relações impactam na subjetividade dos que são privilegiados por essa ideologia.

OLÍTICAS DE
IDENTIDADE,
BRANQUITUDE E
PERTENCIMENTO
ÉTNICO-RACIAL

Pontos de partida e leitura do mundo

Para construir um entendimento sobre o conceito de pertencimento étnico-racial¹ e como ele é impactado dentro de um contexto em que as relações sociais hegemônicas são baseadas na ideologia da supremacia racial branca, utilizo algumas referências que me auxiliam na leitura crítica do mundo e no desenvolvimento da problemática. São elas: o conceito de ser humano ou pessoa oriundo da visão de mundo africana da região oeste do continente, o qual determina que alguém só se pode compreender como pessoa a partir do momento em que reconhece a humanidade do Outro² ou das outras pessoas (King, 2005; Nobles, 2006; Akbar, 2004); a concepção sócio-histórica de identidade formulada dentro da Psicologia Social da Escola de São Paulo, que compreende identidade como metamorfose humana em busca de emancipação (Ciampa, 2003); o conceito de políticas de identidade que permite “[...] a discussão de aspectos, tanto regulatórios como emancipatórios, de ações e discursos, tendo em vista as assimetrias de poder presentes nas relações sociais” (Ciampa, 2002, p. 1); assim como

¹ Este artigo não tem a pretensão de apresentar uma proposta pronta e acabada sobre o conceito de pertencimento étnico-racial, mas busca oferecer uma base sobre a qual futuras reflexões poderão ser articuladas e desenvolvidas.

² Utilizo Outro com inicial maiúscula quando pretendo ressaltar a diferença, os outros diferentes de si.

referências so
to desta probl
Esta an
rias sociais sã
mas vidas das

Perspecti

O entendime
não só para o
também qual
um paradigma
paradigma af
e valorizar a
como a maior
provinha da
etnólogos liga
Portanto, seu
mente, infort
disputa regiã
sentida, ressa
sociedade, pe
parte da pop
33% da popu
do Brasil
O para
humano mod
des consiste
na formula d
entes, e por
do de mund
coletivo a

referências sobre relações étnico-raciais que colaboram para o entendimento desta problemática no Brasil e no mundo (Santos, 2002; Valente, 1987).

Esta análise contextual parte do princípio de que ideologias e categorias sociais são criadas e reproduzidas historicamente e produzem efeitos nas vidas das pessoas que constituem tal sociedade.

Perspectiva africana de ser humano

O entendimento sobre o que significa ser uma pessoa é um ponto crítico não só para o desenvolvimento da Psicologia enquanto ciência, mas define também qual perspectiva de sociedade está em curso. Enfim, constitui-se um paradigma filosófico fundamental para as ciências sociais. Optei pelo paradigma africano existente na região oeste do continente por acreditar e valorizar a perspectiva de sociedade imbricada nele. Vale ressaltar que, como a maioria dos 3.600.000 africanos que foram trazidos para nosso país provinha da África Central e do Senegâmbia, região oeste do continente, etnólogos ligam a ancestralidade afro-brasileira à Nigéria e à Angola atuais. Portanto, seus sistemas tradicionais, Iorubá e Banto-Congo, respectivamente, informar-nos-iam a noção de pessoa que migrou forçadamente daquela região para o Brasil no período colonial (Nobles, 2009). Nesse sentido, ressalto que não estou utilizando um paradigma estranho à nossa sociedade, pelo contrário, é um paradigma que está presente em grande parte da população brasileira, pois os afro-brasileiros³ compõem mais de 55% da população atual de nosso país e mantêm suas tradições vivas (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010).

O paradigma africano da região oeste do continente define que o ser humano modelo ou ideal deve ser o daqueles povos que representam relações consistentes e harmoniosas com a natureza. Este conceito é capturado na fórmula dada pelo filósofo africano Mbiti (1970): Eu sou porque nós somos; e porque nós somos, portanto, eu sou. Dessa maneira, dentro da visão de mundo africana, a subjetividade é compreendida como um fenômeno coletivo não qualificado, respeitando a singularidade do Eu individual

³ Utilizo o termo afro-brasileiro, que engloba as categorias pretos e pardos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

como um componente da coletividade (Akbar, 2004). Tudo o que acontece ao indivíduo impacta no coletivo, ou na tribo, e tudo o que acontece no coletivo ou na tribo reverbera no indivíduo. Esta concepção identifica a arena de estudo apropriada como sendo a consciência coletiva. Nobles (2006) refere-se a este fenômeno como “comunalidade experiencial”, ou o compartilhar experiências particulares por um grupo de pessoas. O mesmo autor argumenta que a comunalidade experiencial é importante na determinação dos princípios fundamentais da sociedade — suas crenças sobre a natureza do homem e sobre qual o tipo de sociedade que os seres humanos deveriam criar para si mesmos. Akbar (2004, p. 45) apresenta o modelo de sociedade baseado nessa compreensão africana de pessoa humana:

O modelo, que emerge deste paradigma, tem muitas características. Ele assume que todos os seres humanos deveriam ser (1) livres para crescerem e realizarem seus mais altos potenciais como seres espirituais (distinto da religiosidade, necessariamente); (2) livres da opressão e dos ambientes humanamente degradantes; (3) livres para viverem cooperativamente com qualquer ser humano que respeite sua humanidade; (4) livres para desenvolverem o conhecimento sobre si mesmo e/ou sobre aqueles com identidade determinada historicamente; (5) livres para defenderem a si mesmos contra as influências desumanizantes das forças anti-humanas; (6) livres para atingirem a dignidade humana sem barreiras artificiais que negam seu acesso aos campos de crescimento humano.

Esse é um modelo baseado na comunalidade experiencial e na consciência coletiva, que pode ser utilizado em pesquisas nos campos de estudos das Ciências Sociais, nas investigações sobre sociedade, e da Psicologia Social, nas investigações sobre subjetividade no seu aspecto coletivo. Fica evidente que a identidade tem um papel central dentro do paradigma africano. É nesse ponto que estabeço um diálogo entre o pensamento de origem africana e a perspectiva sócio-histórica da Psicologia Social da Escola

de São Paulo no que se refere à identidade. Segundo Ciampa (2003), ela está intrínseca e eticamente ligada ao processo de humanização.

Identidade como metamorfose em busca de emancipação

Ciampa (2003) desenvolveu o sintagma identidade-metamorfose-emancipação. Este conceito complexo é baseado no paradigma euro-americano de que nascemos como seres humanos inacabados, nascemos humanizáveis (Berger & Luckman, 1985). Nesse sentido, nossa humanização pode acontecer ou não conforme relações que estabelecemos ao longo da vida com a natureza e com outras pessoas por meio da linguagem, primeiro nos processos de socialização que posteriormente podem culminar em processos de individuação ou experiências subjetivas (Mead, 1974). Segundo Mead (1974, p. 138)⁴:

O indivíduo experiencia a si mesmo como tal, não diretamente, mas somente indiretamente, do

⁴ A ciência e as compreensões sobre a realidade são influenciadas pelos seus contextos, portanto também se metamorfoseiam constantemente. Mas qual o sentido dessa metamorfose? Estou dialogando com autores de diferentes origens e culturas em busca de construir conhecimentos e avançar em relação ao que foi produzido. Entretanto, estou justamente comprometida com uma perspectiva crítica de humanização, a partir da visão de mundo africana, e por esta razão não posso deixar de ressaltar posturas racistas que estes autores euro-americanos apresentam em seus trabalhos (Santos, 2002). Suas análises trazem contribuições que podem ser aproveitadas para realizar um diálogo entre as diferentes perspectivas, entretanto, em vários momentos de suas obras é possível encontrar posturas baseadas na ideologia da supremacia racial branca. Muitas vezes quando eles desenvolvem uma análise sobre diferentes povos do mundo usam posturas de hierarquia racial, denominando Outros povos como primitivos, e, em oposição, referem-se a seus pares como evoluídos e civilizados. Conforme podemos observar na seguinte passagem em Mead (1974, p. 157):

Nas mais desenvolvidas, organizadas e complicadas comunidades sociais humanas — aquelas desenvolvidas pelo homem civilizado — estas variações de classe ou subgrupos socialmente funcionais de indivíduos ao qual qualquer indivíduo pertence [e com os outros membros individuais com os quais ele realmente entra num conjunto especial de relações sociais] são de dois tipos: classe social ou subgrupo concreto e classe social ou subgrupo abstrato.

Está implícita nessa passagem que há sociedades humanas que não são tão desenvolvidas, organizadas e complicadas como a do homem civilizado, sendo que este homem civilizado tem um lugar espacial e sócio-histórico bem definido, o da sociedade ocidental, moderna, colonial e branca. Para uma discussão mais aprofundada sobre racismo acadêmico ver Carvalho (2006), Nobles (2006), Akbar (2004) e Santos (2002).

